

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA

Dábila de Cássia Brito de Miranda¹

Resumo: A violência de gênero é uma violência pautada no fato da vítima pertencer ao sexo feminino, apresenta diversas formas de se perpetuar ao longo dos séculos. Como a violência física, sexual, psicológica, o tráfico de mulheres e a prostituição. Com isso, o objetivo desse artigo é analisar quais as principais violências de gênero na fronteira Franco-Brasileira no tocante da prostituição, utilizando do método observacional e da pesquisa de campo, pautada em uma entrevista semiestruturada realizada com as profissionais do sexo. Os resultados obtidos são com maior destaque a violência psicológica, em segundo a violência sexual, por fim a violência física.

Palavras-Chaves: Violência. Prostituição. Fronteira Franco-Brasileira.

Abstract: Gender violence is a violence based on the fact that the victim belongs to the female sex, it presents several ways of perpetuating itself over the centuries. Such as physical, sexual, psychological violence, trafficking in women and prostitution. Thus, the objective of this article is to analyze the main gender violence on the Brazilian Franco frontier in relation to prostitution, using the observational method and field research, based on a semi-structured interview conducted with sex workers. The results obtained are mainly psychological violence, second to sexual violence, finally physical violence.

Keywords: Violence. Prostitution. Franco-Brazilian Border.

INTRODUÇÃO

A violência de gênero, que é uma violência pautada na dominação masculina sobre as mulheres, está cada vez mais presente dentro da sociedade e no cenário internacional. Esta se apresenta de diversas maneiras dentro da sociedade hétero patriarcal, não distinguindo etnia, cultura ou classe social.

Alguns exemplos de violência de gênero presentes na sociedade atual são os abusos sexuais no seio familiar, praticados por pais, irmãos, tios e padrastos. A mutilação genital, estupros coletivos, pornografia, prostituição e o tráfico de mulheres também são violências de gênero.

A violência de gênero se perpetua por excelência como arma do patriarcado para manter as mulheres em condições de subserviência e está estruturada na sociedade que

¹ Graduanda do 8º semestre de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá.

corroborar para a manutenção desse *statu quo*. Há uma legitimação da violência contra a mulher através dos setores da sociedade como o estado, a política e a cultura, capaz de atingir diversas mulheres no mundo sem distinção étnica, religiosa ou social.

Considerando este cenário, a presente pesquisa tem como objetivo analisar quais as principais violências de gênero que ocorrem na fronteira Franco-Brasileira, com foco na prostituição, com o intuito de dar voz a esse grupo de mulheres que exercem atividades com forte exploração e objetificação do corpo.

A fronteira Franco Amapaense se destaca por ligar as cidades de Oiapoque e São Jorge do Oiapoque (faz parte da Coletividade Ultramarina Francesa, Guiana Francesa). O município de Oiapoque está localizado no extremo norte do estado do Amapá – Brasil, cerca de 600 km de distância da capital Macapá. Sendo uma das cidades da fronteira amazônica, esta região apresenta grandes recursos naturais, pouca presença estatal e um fluxo intenso de pessoas e mercadorias.

A economia local é favorecida pelo fluxo de guianenses que compram suas mercadorias de alimentação básica, além da carne brasileira e dos produtos de vestuário. Além disso, a forte presença da prostituição que ocorre de modo estruturado na cidade fomenta a economia local.

A prostituição em Oiapoque apresenta um modo específico de organização, com uma rede de sustentação que liga diversos setores, bares, restaurantes, hotéis e boates que ganham diretamente com a atividade. O grande fluxo de pessoas na fronteira Franco-Brasileira garante um forte público e clientes em potencial para o meretrício.

Assim, a pesquisa no intuito de compreender quais as principais violências de gênero presentes na atividade do meretrício em Oiapoque, utilizou como método uma entrevista semiestruturada, pautada na ficha de notificação compulsória de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, do Ministério da Saúde, modificada para os propósitos dessa pesquisa.

1 DEFINIÇÕES SOBRE A VIOLENCIA DE GÊNERO

O termo Gênero constitui os juízos sociais dados aos sexos, “Gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino.” (LOURO, 1996, p. 9).

Assim, gênero está ligado às relações de poder baseadas no sexo dos indivíduos. Logo a condição subalterna que a mulher tem na sociedade é estabelecida através desse jogo de

poder, de dominação masculina e da estrutura social e política imposta. Como Joan Scott (1998) destaca, o termo gênero não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais.

Cada ser humano nasce com um sexo (denominado como macho e fêmea/homem ou mulher), no entanto há um caráter ideológico sobre gênero e uma construção cultural histórica referente às identidades de gênero. Assim, como Simone de Beauvoir (1970, p. 297) já citou: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, os dados papéis de gênero se mantêm de forma binária, sendo o que é masculino *versus* o que é feminino através de um dualismo sexual oposto, o que define um também define o outro.

Com isso, há na sociedade a aceitação, um consenso em que o “homem” é a norma, e a construção dos gêneros que antes era simbólica avança para o político e passa a ser a realidade objetivada. Assim, essa ideia torna-se intrínseca e as instituições da sociedade como o próprio Estado dão respaldo como se esta fosse formada por uma unidade de sentido inquestionável (TERAZAKI, 2007).

Simone de Beauvoir destaca que

A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p.14).

Desse modo, as inúmeras desigualdades e hierarquias existentes culturalmente entre homens e mulheres partem desta construção social dos gêneros, e se perpetuam ao longo dos séculos com estruturas fixas e respeitadas como os Governos, Estados e Religiões. Compreender as relações de gênero abre os olhos para a dominação masculina em quase todas as culturas, Joan Scott afirma Gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido.

A dominação masculina é implementada através das relações de gênero e o sistema binário de representação. No entanto, essas relações estão presentes não somente entre homens e mulheres, mas no âmbito político, econômico e religioso. Isso acontece por conta da objetividade da dominação, que já é objetivação internalizada, pois já está no *habitus* humano, traduzido em estruturas, costumes, tradições e normas, assimilados como certos, normais e naturais (TERAZAKI, 2007).

Assim a dominação masculina é naturalizada, por causa das relações de gênero, da construção dos pares binários, e passa a constituir todas as faces da vida humana. Com isso, a sociedade há longos séculos estruturou o sistema patriarcal em suas culturas, nas suas instituições, e principalmente entre homens e mulheres. Desta forma, Castells define

O patriarcado é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente. Do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos inter-pessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. (CASTELLS, 1999, p.169-170).

Com isso, há uma ideia cristalizada sobre a condição da mulher como um ser subordinado ao homem, e a sociedade como um todo educa meninas para que mantenham esse padrão. Colocando a mulher em uma perspectiva inferior, sem iniciativa, sem autonomia de sua própria vida ou até mesmo do seu próprio corpo.

Um dos artifícios que permeiam o patriarcado é a violência contra mulher, uma manifestação do poder, historicamente desigual das relações entre homens e mulheres (TERAZAKI, 2007). Sendo um meio de manter as desigualdades e o caráter de subordinação das mulheres perante os homens.

De acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher:

Violência contra a mulher se entende todo ato de violência baseado no fato da pessoa pertencer ao sexo feminino, que tenha ou possa ter como resultado um dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, inclusive as ameaças, a coerção ou privação arbitrária da liberdade, tanto as que se reproduzem na vida pública ou privada. (DA GUERRA, 1997, p. 117).

A violência de gênero passa a ter grande destaque por representar uma das maiores formas de poder contra as mulheres, como já esta estruturada na sociedade a condição de subserviência da mulher perante os homens é a raiz da violência contra a mulher.

A violência é a arma por excelência do patriarcado. Nem a religião, nem a educação, nem as leis, nem os costumes, nem nenhum outro mecanismo havia conseguido a submissão histórica das mulheres se tudo isso não houvesse sido reforçado com a violência. A violência exercida contra as mulheres pelo fato de o serem é uma violência instrumental, que tem por objetivo seu controle. Não é uma violência passional, nem sentimental, nem genética, nem natural. A violência de gênero é a máxima expressão do poder que os homens têm ou pretendem manter sobre as mulheres. (VARELA, 2005, p. 251).

A violência de gênero pode ser compreendida pela relação direta de dominação masculina *versus* a subordinação feminina. Dessa forma, todas as ações que dão oportunidade de mudar o *statu quo* são impedidas. Há uma legitimação social e cultural da violência contra mulher, estruturada em vários setores da sociedade, pelo estado, na política, atingindo mulheres do mundo todo sem distinção social, étnica ou religiosa.

As relações de poder entre homens e mulheres influenciam diretamente nas violências praticadas contra as mulheres no âmbito público e privado. Primeiro que o domínio masculino é universal, se encontra há séculos na construção dos países, desta forma os homens detêm o poder econômico e social além do próprio conhecimento.

Isso desenvolveu ao longo dos séculos uma maior exploração da mulher e do seu trabalho. As mulheres em situação de desvantagem econômica estão mais expostas às difamações, ao abuso sexual e à escravidão sexual (TERAZAKI, 2007). Além disso, muitas mulheres vivem em situação de servidão ou maus tratos no trabalho, sendo uma forma de maior vulnerabilidade e dependência.

A família também influencia nos mecanismos de violência contra mulher, com o sistema patriarcal instaurado, observam-se no seio familiar fortes relações de poder, por mais que a família seja a constituição de valores, amor e respeito mútuo. No decorrer da história percebe-se a legitimação da violência física, psicológica e sexual sobre as mulheres praticada por pais e maridos.

A violência sexual, por exemplo, é compreendida como tal, ao ser praticado por estranhos, no entanto, se ocorre dentro do contrato matrimonial é compreendida como natural. Assim, a mulher casada “deve” estar disponível sexualmente para o companheiro independentemente de suas demandas, já que há uma percepção da mulher-objeto, constituindo uma propriedade do marido.

A violência sexual como arma de guerra, praticada em diversas situações de conflito, exprimem a grande opressão que o sexo feminino sofre. Nesse sentido, Arino argumenta:

Para entender o uso da violência sexual como arma de guerra é importante considerar o marco social patriarcal que legitima e dá origem a esta violência. A violência sexual contra as mulheres é uma realidade em qualquer contexto social [...] O controle do corpo feminino tem sido uma constante no patriarcado com muitas diferentes manifestações. Sendo a mais evidente, o controle sua sexualidade e consideração corpo das mulheres como propriedade do sexo masculino. (ARINO, 2016, p.7, tradução livre).

A questão da sexualidade feminina tem forte impacto nas situações de violência, como já tratado anteriormente, o patriarcado impõe um maior controle sobre a sexualidade da

mulher com a violação, a difamação, o abuso sexual, a mutilação genital feminina a fim de manter esse controle físico-sexual sobre as mulheres.

É estipulada uma conduta de castidade para as mulheres, sendo obrigada a ter filhos somente com seu cônjuge, com isso a mutilação genital, por exemplo, ocorre no intuito de perpetuar essa imposição e, sobretudo manter a mulher casta e fiel. Em muitas sociedades é concebida e legitimada essa violência contra mulher por ser uma forma de manter a “honra” do marido.

No mundo todo milhares de mulheres sofrem diversas violências de gênero, sendo considerado um problema global que atinge diretamente os direitos humanos e a vida plena em sociedade. Além disso, há um impacto, sobretudo na economia dos países com os custos indiretos e imediatos da violência que incluem a queda na produtividade, a falta das mulheres ao trabalho, a redução de salário e, em último caso, a perda de emprego (TAVARES, 2012).

A violência contra a mulher provoca um aumento substancial de gastos com cuidados de saúde pública, que vão desde a necessidade de atendimento hospitalar às vítimas, passando por consultas psiquiátricas, psicológicas e medicação. Em geral, mulheres agredidas fisicamente e sexualmente utilizam os serviços de saúde com frequência, ainda que em grande parte das vezes os casos não sejam reportados como violência baseada em gênero. (TAVARES, 2012)

Assim, a luta pelos direitos humanos das mulheres também está atrelada à economia, às políticas globais de combate à violência de gênero e ações das organizações internacionais. Dessa forma, a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres é o primeiro instrumento internacional de direitos humanos que explicita e exclusivamente trata a questão da violência contra as mulheres (TERAZAKI, 2007).

Essa declaração define três âmbitos que a violência de gênero ocorre:

- 1) Violência física, sexual e psicológica que ocorre dentro da família, incluindo os ataques; abuso sexual de crianças do sexo feminino no lar; violência relacionada ao dote da mulher; estupro conjugal; mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nocivas para as mulheres; violência extraconjugal; e violência relacionada com a exploração;
- 2) Violência física, sexual e psicológica que ocorre dentro da comunidade geral, incluindo estupro; abuso sexual; intimidação e assédio sexual no local de trabalho, nas instituições educativas e em outras partes; tráfico de mulheres; e prostituição forçada;
- 3) Violência perpetrada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra. (artigo 2 da Declaração (DA GUERRA, 1997, p. 117-8)

1.1 MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA

A prática de mutilação genital feminina é considerada uma grave violação dos direitos humanos das mulheres, da integridade física, da saúde e vida sexual das mulheres. A Mutilação Genital Feminina (MGF) são “todas as intervenções que envolvam a remoção parcial ou total dos órgãos genitais femininos externos ou que provoquem lesões nos órgãos genitais femininos, por razões não médicas”²

Essa prática se respalda através dos anos por ser uma tradição de passagem de puberdade, casamento, em regiões específicas. Esse ritual está presente em grande parte dos países africanos, e em algumas regiões da Ásia e Oriente Médio. A idade em que a MGF é realizada varia de uma região para outra. Pode ocorrer entre 0 e 14 anos, poucos dias após o nascimento, antes da moça se casar e/ou após a 1ª gravidez.

Além de toda violência física causada, a mutilação genital causa duradouros traumas psicológicos, dor extrema, infecções crônicas, sangramento, tumores, infecções do trato urinário, infertilidade e pode até levar a morte da mulher. Em alguns casos, a mulher não pode dar a luz sem ter sua vulva cortada novamente (TERAZAKI, 2007).

As ações das organizações internacionais e ONG's internacionais para prevenção e auxílio nesses casos de violência estão relacionados a práticas educativas. Percebe-se que para eliminar esses costumes é preciso conscientizar a população das consequências para saúde da mulher ao invés de impor, já que a prática se perpetua culturalmente em muitas regiões.

1.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica é uma das violências mais praticadas contra as mulheres e ocorre normalmente no âmbito familiar, por parceiros íntimos ou pessoas com laços consanguíneos. Destaca-se a violência física, sexual, psicológica, moral e patrimonial.

A violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, conforme definido no artigo 5º da Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340/2006.

No mundo todo apenas dois terços dos países (140) punem a violência doméstica. Porém, mais de 40 não fazem. Os países que se destacam na impunidade dessa violência estão

² Organização Mundial da Saúde. Eliminação da Mutilação Genital Feminina: Declaração conjunta da OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM e OMS. Associação para o Planejamento da Família, 2009. P. 05

na África Subsaariana, Oriente Médio e Norte da África, segundo o Banco Mundial. (CASTILLO, 2017)

No Brasil, destaca-se que a cada 7.2 segundos uma mulher é vítima de violência física. (Fonte: Relógios da Violência, do Instituto Maria da Penha). O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) calcula que, no mundo todo, 50% das mulheres assassinadas são vítimas dos cônjuges ou de homens da família. (CASTILLO, 2017)

1.3 PROSTITUIÇÃO FEMININA

A prostituição é considerada no dito popular como o ofício mais antigo do mundo, essa prática se mantém pelas condições sociais e econômicas que muitas mulheres possuem. Jovens mulheres e meninas, que muitas vezes são prostituídas pela própria família por uma questão de sobrevivência, aceitam adentrar nessa “vida fácil”.

Essas mulheres seduzidas pelo dinheiro, pelo trabalho fácil, além da falta de qualificação profissional, pela escassa oportunidade de emprego optam pela prostituição como uma atividade mais acessível às suas condições. No entanto, o dia a dia da atividade apresenta uma série de humilhações, espancamentos, abusos sexuais, prisões e doenças.

Estar nesse ofício tem grandes custos psicológicos e físicos, as mesmas sofrem com gravidez indesejada, abortos, experiências graves pós-traumáticas e estresse. Muitas ainda fazem uso de drogas e álcool frequentemente e suas taxas de suicídio são elevadas. (TERAZAKI, 2007).

Segundo Vlachovd e BIASON (2005) as prostitutas são frequentemente maltratadas pelas autoridades policiais. Elas são propensas a prisões arbitrárias, agressões físicas, e assédio sexual. Em alguns casos, os policiais fazem parte do negócio da prostituição, recebendo suborno ou somas de dinheiro de todas as transações realizadas. (TERAZAKI, 2007, p. 40).

Assim a violência de gênero que essas mulheres vivenciam não são relatadas, já que vivem uma situação de marginalização e submissão suas demandas não são valorizadas. Perpetuando essa constante violação de direitos, violências e explorações. A prostituição em muitos países é considerada ilegal, assim quando estão em situação de violência é difícil expor o que passam ou se desvincular dos prostíbulos.

De acordo com estudos da fundação francesa Scelles sobre a exploração sexual, mais de 40 milhões de pessoas no mundo se prostituem atualmente, a grande maioria (75%) são mulheres com idades entre 13 e 25 anos (BBC BRASIL, 2012). Esse estudo foi pautado

através das análises sobre o tráfico humano, como resultado o maior número de vítimas está na Ásia com cinquenta e cinco por cento dos casos.

O relatório francês ainda revela que o número de mulheres vítimas do tráfico humano para fins de exploração sexual vem aumentando, no entanto não revela em números. Além disso, de acordo com o estudo, "essas vítimas são originárias de comunidades pobres do norte do Brasil, como Amazonas, Pará, Roraima e Amapá." (BBC BRASIL, 2012)

Assim, compreende-se que a prostituição além de ser uma atividade que pode gerar diversas violências contra a mulher, também se apresenta em situações ainda mais drásticas, como a questão do tráfico humano. Essas são vendidas como mercadorias, passando por circunstâncias totalmente insalubres, fomentando o turismo sexual de diversos países, especialmente os europeus.

1.4 ESTUPRO

O estupro está relacionado não ao sexo e à intimidade, mas ao poder que o homem pode ter sobre o corpo da mulher, há uma coisificação do corpo feminino vetando qualquer direito e escolhas sobre seu próprio corpo. Essa violência é praticada em qualquer lugar, principalmente no seio familiar, cerca de 70% das vítimas de estupro são crianças e adolescentes. Quem mais comete o crime são homens próximos às vítimas (INFRAIM, 2018).

Na maioria dos países, as legislações compreendem que o estupro só ocorre com a penetração do pênis do agressor na vagina da vítima. No Brasil, segundo o artigo 213 (Lei nº 12.015, de 2009) do Código Penal Brasileiro, é considerado estupro "constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso".

Outros países consideram qualquer ato que além da relação carnal, introduza objetos em orifícios da vítima. São ainda consideradas como violência sexual as práticas sexuais sem penetração, atos definidos no Brasil como atentados violentos ao pudor. Tais práticas incluem coerção, exibicionismo e voyeurismo, coerção à pornografia, prostituição forçada, mutilação genital forçada e tráfico de meninos, meninas e mulheres (HEISE, 1999).

É relevante entender o que é considerado estupro, para englobar todas as práticas humilhantes que as vítimas passam. Além de estruturar nas legislações mundiais penas efetivas para a punição correta dos agressores.

Compreender a violência sexual se faz necessária por constituir um dos desafios mais preocupantes no cenário internacional. O estupro contra as mulheres faz parte de uma relação

de poder secular, legitimada pelo patriarcado, as mulheres no mundo todo vivenciam essa objetificação e dominação masculina.

Como destacam Nariel Diotto e Raquel Buzatti Souto:

Além do mais, a mulher foi objetificada, ou seja, o homem, durante toda a história, viu a mulher como um objeto de desejo, alguém que estaria ao seu dispor para satisfazer as suas necessidades, principalmente aquelas relacionadas ao prazer, sem se preocupar ao menos com o consentimento dela. Afinal, se a mulher deveria obedecê-lo, estar em um patamar de inferioridade, deveria estar sempre pronta para acatar as ordens do seu senhor. (DIOTTO; SOUTO, 2016, p. 4)

Essa violência, no entanto, se manteve velada ao longo dos séculos devido essa concepção que a mulher deve ser submissa às demandas do homem, além disso, a prática do estupro foi utilizada no meio privado: no lar, perpetuado por pais, padrastos, irmãos, tios, bem como no meio público como arma de guerra.

Essa barbárie foi por muito tempo inviabilizada e ignorada, a violência sexual como arma de guerra só ganha relevância no cenário internacional a partir de episódios como da guerra da Bósnia-Herzegovina. Um conflito que ocorreu durante 1992 a 1995, com a forte evidência de violência e limpeza étnica, via expulsão, agressão, assassinatos, tortura, estupros, massacres e medo, que levou à reorganização populacional e à divisão do território (PERES, 2011, p.10).

Andréa Carolina Peres destaca em seu trabalho:

Via-se a presença de campos de estupro, geralmente escolas, armazéns, ginásios, hotéis, as mulheres – principalmente as bosniaquinhãs (muçulmanas bósnias) – onde as mulheres eram forçadas a ter relações sexuais com mais de um soldado e várias vezes. (PERES, 2011). Em termos numéricos, calcula-se que cerca de vinte mil mulheres muçulmanas e croatas foram estupradas durante a guerra. (PERES, 2011, p.10)

Conforme afirma a Relatora Especial das Nações Unidas, Radhika Coomaraswamy, as mulheres são alvos especiais desse tipo de abuso por serem frequentemente percebidas como representantes da honra simbólica da cultura e como guardiãs genéticas da comunidade (SCHOLZ, 2018). Contudo, essa violência começa a ser denunciada somente pelos movimentos feministas e de direitos humanos das mulheres durante o conflito até porque dentro do cenário internacional há uma grande resistência de tornar os estudos de gênero, uma categoria de análise dentro das Relações Internacionais.

A guerra e as relações de poder estão em evidência dentro dos estudos das Relações Internacionais desde sua criação, no entanto os estudos de gênero e as teorias feministas

foram há anos ignorados no cerne da disciplina, por motivos claros, quem tratava das questões de poder, segurança e soberania eram homens. Existia então no pilar principal da disciplina uma masculinidade hegemônica, que era sustentada através da desvalorização tanto da homossexualidade quanto da sua relação com as diversas feminilidades desvalorizadas (TICKNER,1992).

A categoria gênero ganha relevância dentro das Relações Internacionais a partir do final da década de oitenta, devido à forte presença de movimentos feministas ocidentais, além da crescente literatura com relação à mulher e suas demandas na sociedade atual. Nas Relações Internacionais existia ainda uma forte barreira, e somente com o “terceiro debate” da disciplina há uma ruptura com os pensamentos hegemônicos frente aos estudos de gênero e outras análises na sociedade internacional.

Assim o terceiro debate rompe com os padrões positivistas da disciplina, traz à tona questionamentos e críticas as teorias estabelecidas na área, com intuito de trazer novos pontos de vista. Assim, a teoria feminista presente no terceiro debate traz evidências no assunto evidenciando o papel das mulheres como atores da política internacional.

A contribuição feminista era pouco reconhecida nas Relações Internacionais até a década passada. O impacto dos estudos feministas na disciplina de Relações Internacionais foi muito tardio e ocorreu muito mais tarde que em todas as demais ciências humanas. Contudo, com o estupro de mulheres se tornando uma arma para a limpeza étnica em algumas das guerras de caráter étnico da década de 1990, a disciplina de Relações Internacionais não teve mais como não lidar com a relevância da categoria de gênero na política internacional. Ou seja, uma vez que as mulheres se tornaram alvo de limpeza étnica não por serem de um grupo étnico ou tribal diferente, mas sim por serem o que são, isto é, mulheres, a disciplina teve de descer— quase literalmente — de seu pedestal e precisou lidar com questões de gênero (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 231).

A influência de certo modo tardia dos estudos de gênero ocorre devido o histórico da construção das Relações internacionais como disciplina e ações de política internacional, assim no próximo tópico será discorrido como as relações de gênero passam a se desenvolver no cenário internacional no âmbito da disciplina.

2 AS RELAÇÕES DE GÊNERO HÉTERO PATRIARCADO NO CONTEXTO INTERNACIONAL

A inserção da categoria gênero nas Relações Internacionais se apresenta ainda muito recente se comparada a outras áreas das ciências humanas. No que se referem ao contexto inicial, os estudos de gênero ganham destaque a partir do chamado “terceiro debate” em

Relações Internacionais, com a presença do pós-positivismo que simboliza uma ruptura com a forma que o conhecimento era construído na área.

Para compreensão da estrutura histórica dos debates em Relações Internacionais, é necessário apresentar os antecedentes e conceitos básicos da disciplina. As Relações Internacionais como disciplina acadêmica ganha destaque a partir da Primeira Guerra Mundial e passa a abordar temáticas referentes às guerras, poder, religião e trocas comerciais.

Nessa perspectiva, Esther Barbé (1985, p.173) compreende que “o nascimento das relações internacionais como disciplina está ligado há uma preocupação: a existência de guerras entre Estados [...]”.

Ocorre então um processo de consolidação dessa matéria, através do tempo passam a se destacar os estudos referentes à realidade social e os problemas recorrentes das interações internacionais. As abordagens teóricas criadas são um produto de sua própria época, focando nas questões que são um problema internacional para o dado momento. (JACKSON; SØRENSEN, 2013).

Durante longos anos, a disciplina manteve uma hegemonia no pensamento chamado positivista, que se prolongou da década de 50 até meados dos anos 80 e, pode-se dizer, ainda compõe o centro da disciplina (MONTE, 2013). Este pensamento se caracteriza através do uso das metodologias e pressupostos recorrentes no liberalismo clássico e da ciência econômica para assim determinar as leis gerais da política internacional.

As principais correntes positivistas são denominadas Realismo e Liberalismo. As duas compreendem o sistema internacional como anárquico, já que não há nenhuma organização acima dos estados. O que mantém esta conduta é a soberania, pois determina aos Estados a autoridade sobre seu próprio território.

Sem um poder central para manter a segurança entre os Estados, os realistas defendem a necessidade de cada ator estatal preservar sua segurança, gerando uma constante relação de disputa pelo poder e são medidos através da quantidade de recursos militares, econômicos e territoriais. Os liberalistas, no entanto, acreditam que apesar do sistema internacional ser anárquico e existir uma disputa pelo poder são possíveis laços de cooperação para garantia da segurança na comunidade política.

Esse primeiro momento nas relações internacionais, de acordo com Oliveira e Da Silva (2011, p. 24) tem como forte característica a presença do Estado como único ator, sempre objetivando manter seu estadocentrismo, enquanto relações de poder político - luta e dominação. Por isso a alta política realista é pautada no poder militar, nas guerras e na

soberania, e nesse primeiro momento nas Relações Internacionais a categoria gênero era considerada “neutra”.

No entanto, historicamente várias mulheres desempenharam influência em atos de defesa territorial através de casamentos dinásticos ou arranjos de modo a manter a paz entre duas nações (cf. Sylvester, 1994, p. 24).

Além disso, Cynthia Enloe descreve outras influências femininas como: “O papel paralelo de mulheres casadas com fazedores de políticas- *policy makers*- representantes da alta política governamental, contribuindo para boa imagem do país, ou ainda o uso de imagens locais no âmbito internacional, com a finalidade de promover relações econômicas e políticas – Carmen Miranda – são em si mesmas experiências importantes para denunciar a não neutralidade de gênero dentro das Relações Internacionais (ENLOE, 1989, p1-18 *apud* OLIVEIRA; DA SILVA, 2011, p.73).

Ao decorrer dos anos setenta, o realismo como teoria passa por uma crise sistemática já que novos atores ganham destaque dentro do cenário internacional, como as empresas transnacionais e organizações internacionais. Além disso, surgiram críticas entre a política doméstica e política internacional, assim como entre *high e low politics*; alta política referente à segurança, baixa política relativo a temas econômicos e tecnologia (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 5).

Essas críticas levaram o realismo a uma crise aguda, a teoria em si focava de forma exacerbada na questão da guerra em detrimento dos assuntos de política internacional, e isso era insuficiente para as respostas que a sociedade necessitava na época. Ocorre então uma “virada construtivista” sendo o surgimento de abordagens que apresentam uma maior preocupação com a “construção social da política mundial”.

Os teóricos do chamado “terceiro debate” das Relações Internacionais passam a criticar o modelo pelo qual os positivistas entendiam o sistema internacional. Compreendem que este sistema não pode ser explicado de forma a-histórica e a-socialmente, ou definido pela competição por recursos materiais e pela racionalidade dos decisores estatais (MONTE, 2013).

Esses teóricos acreditavam que as identidades estatais eram construídas no âmbito internacional e nacional, e influenciava nas tomadas de decisão da política externa. Assim, Izadora Xavier do Monte destaca que

dessa forma, o terceiro debate, essencial para a compreensão da forma pela qual gênero passa a ser uma categoria relevante no pensamento em Relações Internacionais, é a discussão entre positivistas e pós-positivistas, entre os defensores de uma abordagem mais economicista

e os de uma abordagem mais sociológica para a explicação dos fenômenos internacionais. (MONTE, 2013, p. 60)

Os estudos de gênero aparecem tardiamente nas Relações internacionais, no entanto esse momento é a busca de romper padrões, até mesmo no meio científico da disciplina, o debate em gênero permite que as publicações de periódicos, livros e revistas também passam a ser de estudos feministas em Relações Internacionais.

Nesse momento foi necessário superar a invisibilidade das mulheres em Relações Internacionais, compreender quais razões favoreciam esse ocultamento da temática de gênero. Uma explicação seria a imobilidade da disciplina frente a essa temática, assim os estudiosos preocupados com essa questão eram desencorajados ou escolhiam trabalhar em outras áreas acadêmicas mais sensíveis à temática de gênero.

A forma como o terceiro debate se apresentou, abriu, “portanto, um leque de possibilidades[...] e assim as feministas encontraram na análise do discurso um dos métodos mais frutíferos para suas reflexões” (POSSAS; REIS, 2009, p. 235). Assim, as mulheres que estudavam a questão de gênero em relações internacionais elaboraram críticas às teorias consideradas *mainstream* da disciplina e conseqüentemente colocavam gênero nos conceitos chaves das Relações Internacionais.

Nesse contexto a autora Ann Tickner reescreve os seis princípios de Morgenthau, de acordo com uma visão feminista no intuito de desenvolver uma epistemologia feminista das Relações Internacionais. Peter Hurtado discorre um resumo dessa nova reestruturação:

1) A objetividade está culturalmente definida em termos da masculinidade. Ou seja, a natureza humana é tanto masculina quanto feminina e contem elementos de reprodução e desenvolvimento social, ademais da dominação política. 2) O interesse nacional é multidimensional e contextualmente contingente. Em outras palavras não pode ser definido exclusivamente em termos de poder, já que no mundo contemporâneo a satisfação do interesse nacional demanda cooperação mais que soluções de soma-zero. 3) O poder não pode ser usado como um conceito universalmente válido. O poder é dominação e controle, privilegia a masculinidade e ignora as possibilidades da construção coletiva, um aspecto do poder associado à feminilidade. 4) Rejeitar a possibilidade de separar as aspirações morais da ação política, já que todas as ações políticas têm significado moral. 5) Busca de elementos de uma moralidade comum nas aspirações humanas, que poderiam chegar a ser base para desencadear o conflito internacional e construir uma comunidade internacional. 6) Não existe autonomia na esfera política. A autonomia esta associada com a masculinidade da cultura ocidental, o esforço disciplinar de se construir uma visão de mundo que não se apoie numa concepção pluralista da natureza humana é parcial e masculina. (HURTADO, 2010, p. 65)

Ann Tickner foi uma das estudiosas que buscou pensar os fundamentos teóricos e aspectos metodológicos em uma perspectiva feminista. No entanto, esta compreendia que não existia uma única visão feminista, e sim vários enfoques. A preocupação da visão feminista em relações internacionais a priori foi apontar questões de gênero nos textos políticos que influenciavam diretamente nas teorias do poder e do Estado.

Uma das obras de relevância denominada *Bananas, Beaches and Bases*, da autora Cynthia Enloe (1989), trouxe aos estudantes de Relações Internacionais um maior sentido para o estudo feminista na política internacional, considerado um marco exatamente por tratar dos papéis de gênero que ainda hoje diferenciam as mulheres dos homens em espaços públicos e privados.

No decorrer dos anos oitenta e noventa há uma crescente elaboração na literatura focada na questão de gênero e estudos feministas em Relações Internacionais, não somente os estudiosos, mas militantes voltados ao papel das mulheres no cenário internacional. Os trabalhos que ganharam destaque nesse período tratavam sobre ética feminista internacional, identidade política, instituições internacionais e os direitos humanos das mulheres.

Ainda nessa fase, é organizada uma “base de apoio institucional com a fundação de uma teoria feminista e seção de estudos de gênero dentro da *International Studies Association* (ISA), em 1990, o estabelecimento da *British International Studies Association Gender* (Bisa em 1993)” (STEANS, 2003, p. 431). Além disso torna-se importante o *International Feminist Journal of Politics*, divulgado pela editora Routledge, em que estudantes e pesquisadores publicam artigos referentes a gênero e Relações Internacionais.

Em continuidade aos estudos de gênero, a análise passa a ser múltipla e um dos pontos chaves nesse momento é “a suposição de que o gênero é central e complexo pela questão da raça, classe, capacidade, localização econômica” (STIENSTRA, 2000). Além disso, as relações internacionais tornam-se não somente práticas dos Estados, mas também de homens e mulheres em situações da vida cotidiana que auxiliam a criar o que acontece em nível global.

2.1 GÊNERO COMO ATOR EMERGENTE

A partir do Terceiro Debate, relembra-se a ideia de atores nas Relações Internacionais, sendo que “ator configura o agente do ato, aquele que participa de relações da sociedade internacional, constituída por determinados cenários e seu elenco de atores [...]” (OLIVEIRA,

DA SILVA, 2011, p. 29). O ator seria todo aquele que possui poder para influenciar nas ações de política mundial, contudo nem todos os grupos sociais são considerados como atores.

Dentro da teoria Realista em Relações Internacionais o ator de caráter principal é o Estado, com o pós-positivismo, há outros atores que influenciam de várias formas dentro do cenário internacional. Assim são considerados atores aqueles que possuem certo protagonismo, nesse período durante o pós-positivismo movimentos de mulheres ativistas ganham destaque transnacionalmente.

É possível observar a propagação das organizações de mulheres e ações através de fronteiras desde o final dos anos de 1960, percebe-se uma participação intensa de movimentos de mulheres, feministas, ONGs, empresas transnacionais governamentais, e a ONU (Organização das Nações Unidas) na década de setenta voltando-se para questão de Gênero.

Em especial a ONU Mulheres, órgão vinculado à ONU, possui o objetivo de fomentar políticas incentivadoras para a América Latina em relação à abordagem de gênero, apresenta relação direta entre outros órgãos nacionais, movimentos de mulheres, ONGs, auxiliando com recursos e outras atividades.

Compreende-se esse protagonismo de gênero como ator emergente, reforçado através do encontro do feminismo com a teoria das Relações Internacionais. O feminismo pela sua força social e política no contexto de um sistema internacional político, é amplamente visível especialmente pela ajuda da visibilidade dada ao assunto pelas Nações Unidas, transformando o direito das mulheres em tema verdadeiramente global (NOGUEIRA, 2005, p. 38)

As mulheres passam a atuar com o intuito de construir políticas que asseguram a igualdade de gênero no cenário internacional e visibilidade às suas demandas em defesa de melhores condições para mulheres e meninas ao redor do mundo. Além de construir uma rede de pressões sobre as políticas internas dos países para modificações de leis que privam ou excluem as mulheres.

Compreende-se que a busca pelos direitos humanos, em especial das mulheres é considerada bem mais que uma política interna. Trata-se de um dos novos desafios de fazer diplomacia que o país tem pela frente para assegurar no campo dos valores, a sua legitimidade internacional. (ROSENIR, 2016, p. 75)

Ainda hoje a busca dos direitos humanos das mulheres é uma luta árdua frente às demandas existentes, os índices de violência de gênero no mundo todo são alarmantes, como já discorrido anteriormente.

Assim sendo, são necessários instrumentos eficazes para garantir que os direitos humanos das mulheres sejam respeitados no cenário internacional. Além disso, a relação entre

os novos atores internacionais como os movimentos de mulheres, ONG's, organizações internacionais somados com a participação da ONU, garantem maior poder de influência nesse sentido.

Em âmbito internacional, Andreia Rosenir Silva destaca:

Há a relevância da Comissão Interamericana de Direitos Humanos atuando como instância internacional, para julgar casos relacionados as violações dos direitos humanos, além de sua Relatoria Especial para assuntos relacionados aos direitos humanos das mulheres. (SILVA, 2016, p. 167)

Além disso, a atuação dos movimentos de mulheres e ativistas dos direitos humanos estão ampliando sua força política para o âmbito transnacional, com forte poder nas Relações Internacionais.

Sabe-se que a violência de gênero contra mulher acontece independente da classe social, etnia, religião. Por isso todas as mulheres do mundo podem sofrer de menor a maior grau alguma violência de gênero com base no fato de ser o que são: mulheres.

Como foco desse trabalho é importante ressaltar a prostituição como uma violência de gênero específica. Além de ressaltar o crescente empenho dos inúmeros fóruns internacionais, e Organizações Internacionais como a ONU, além de Conselhos Europeus em busca de materiais sobre a prostituição no mundo.

Esse interesse, como Manuela Ribeiro *et al* (2007) destaca, é voltado exatamente para a necessidade de melhorar o conhecimento sobre a prostituição feminina, as suas principais manifestações, causas, condições e consequências. Com intuito de elaborar e desenvolver políticas mais apropriadas e coesas para lidar com os complexos problemas que essa atividade envolve.

Assim, é preciso compreender a prostituição feminina como uma violência de gênero presente no cenário internacional, muitas vezes naturalizadas e que cresce ao longo dos anos, adquirindo novos contornos, interligando outros crimes, como tráfico humano, tráfico de drogas entre outros.

3 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM OIAPOQUE

O município de Oiapoque está localizado no extremo norte do Amapá – Brasil. Sendo uma das cidades da fronteira amazônica, apresenta as particularidades dessa região, com grande quantidade de recursos minerais, livre circulação de pessoas e pouca presença estatal.

Faz fronteira com a Guiana Francesa, considerada atualmente como uma coletividade territorial. Com isso, tem ligação direta com uma parte específica da Europa.

Como interesse primordial da pesquisa é pautado na compreensão das violências de gênero no caso da prostituição em Oiapoque, foi utilizado como método inicial coletar dados na delegacia da cidade.

Coletamos dados sobre o contexto da violência de gênero em Oiapoque, através do contato direto do Delegado de Polícia Civil de plantão na Delegacia de Polícia Civil de Oiapoque, já que neste município não existe uma delegacia específica de crimes contra mulher. Assim todos os atos cometidos contra a mulher são coletados de forma igual, apenas distinguimos alguns crimes específicos.

De acordo com os dados acessados, coletamos os pertinentes aos registros de ocorrências policiais no município de Oiapoque desde o início do ano de 2015 ao primeiro semestre de 2018, em razão do período em que a delegacia passa a contar com sistema de registro eletrônico.

Assim, dos dados computados estão 352 registros para Lei Maria da Penha, de acordo com essa lei nº 11.340/06 no seu artigo 5º “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)”.

Assim, desses casos, configuram-se 111 registros para “Lei Maria da Penha-Ameaça” sinalizando em específico a natureza da ação, de acordo com o Art.7º dessa lei, no inciso II, ameaça é compreendida como uma Violência Psicológica.

II- a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;(Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006)

Assim, dos dados sobre ameaça, os registros são compreendidos como violência psicológica, uma forma mais subjetiva da violência contra a mulher, mas ainda bastante presente na sociedade.

Ainda sobre os dados apurados, há 247 registros considerados “Violência Doméstica”, nesses casos em específico de acordo com observações e o contexto empregado considera-se a violência física contra a mulher no âmbito familiar.

Por fim, existem os registros nos casos específicos de mulheres e crianças o “Estupro de Vulnerável” com 76 casos registrados nesse período. De acordo com o Delegado de Polícia Civil de plantão, esse crime é bem mais presente do que apontam os registros, no entanto por medo, vergonha e questões da própria logística de ir denunciar em Oiapoque não são computados.

Além disso, o delegado destaca a presença latente desse crime nas áreas próximas ao garimpo, em muitos casos os agressores são próximos à vítima (pais, tios, avós, conhecidos dos familiares) e não há uma organização estatal ou políticas públicas suficientes nessa região para trabalhar a prevenção ou assistir as vítimas após o crime.

Como já retratado nesse trabalho, o estupro é considerado uma violência de gênero e um dos crimes mais alarmantes no cenário internacional. Faz-se presente nessa região de fronteira e se mantém impune pelas suas próprias características regionais. O agressor que é divulgado se mantém foragido se escondendo em outras regiões garimpeiras, atravessando a fronteira, indo para outras regiões do território das Guianas.

Além disso, muitos casos não são registrados, mantendo-se frequentes e até se naturalizando nessas regiões devido à falta do aparelho estatal, condições de proteção efetivas para as vítimas, ações para a proteção da vida e dignidade das crianças e adolescentes.

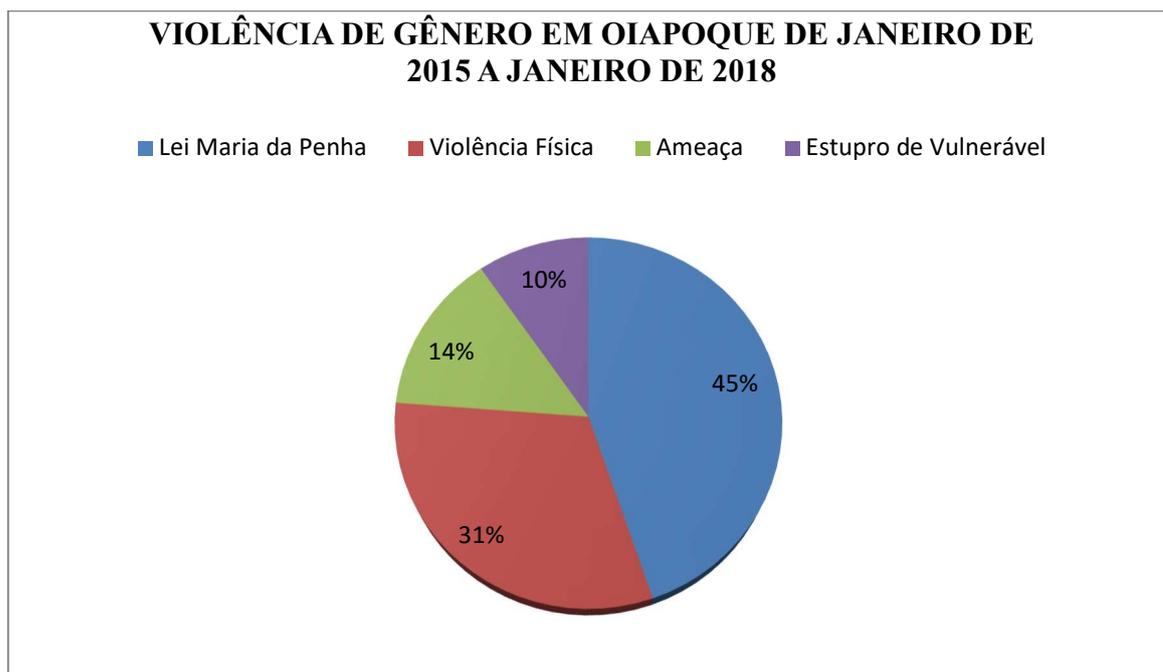


Gráfico 1: Os resultados coletados sobre a violência de gênero em Oiapoque

O gráfico 1 retrata em porcentagens, a quantidade de registros existentes para cada crime. Os crimes denominados Lei Maria da Penha, assim retratado de acordo como estava no boletim de ocorrência, engloba de maneira geral todos os tipos de violências amparados por essa lei e apresenta a maior porcentagem nessa análise.

Os resultados sobre violência física, que apresentam cerca de 30% dos casos, estavam denominados como violência doméstica nos registros, no entanto de acordo com o contexto empregado compreendemos que essas ocorrências são de violências como empurrões, socos, tapas, chutes e queimaduras causadas pelo parceiro íntimo dessa vítima, ocorridas no lar ou não.

Apresentam destaque ainda os crimes de Ameaça e Estupro de Vulnerável, esses crimes aparecem com menor incidência. No entanto, os registros podem ser superiores ao apresentado, devido à falta de coragem das vítimas, nos casos de estupro de vulnerável, as mães, familiares não vão denunciar pela distância da delegacia (esse crime apresenta maiores casos em regiões garimpeiras), pela vergonha, pelo fato do agressor muitas vezes ser o próprio pai, padrasto, irmão.

De acordo com informado na delegacia, essas são as principais violências de gênero que mais apresentam incidência em Oiapoque, de acordo com período informado. No tocante à prostituição, o delegado de plantão, relatou que não existiam dados somente voltados a essa população em destaque. Por isso se fez mais do que necessário a utilização do trabalho de campo, para compreender as demandas que são os objetivos da pesquisa.

4 A PROSTITUIÇÃO EM OIAPOQUE

Como já tratado, Oiapoque faz fronteira direta com a Guiana Francesa, por essa especificidade a relação Oiapoque – Guiana Francesa ocorre de maneira descentralizada com o resto do país, há uma dinâmica diferente com a questão monetária, com a presença de três unidades funcionando de modo simultâneo como o Real, Euro e o Ouro. Independente do produto que queira adquirir, bem como o sexo.

Como as trocas cambiais ocorrem livres de qualquer imposto ou fiscalização pela falta do aparato estatal, diversas pessoas da Guiana Francesa diariamente procuram em Oiapoque mercadorias de primeira necessidade, alimentos e em especial a carne brasileira. Além disso, a prostituição em Oiapoque ocorre há anos, influenciando diretamente na economia do local.

Setores de serviços como o comércio, os bares, hotéis, pousadas e restaurantes fazem parte de uma rede que ganha diretamente com a questão da prostituição em Oiapoque. A atividade do meretrício apresenta um modo próprio de se realizar na sociedade de Oiapoque.

A falta de investimento em políticas públicas em quase todas as áreas de fronteira por parte do Estado brasileiro e a extrema miséria de nossa população faz com que aflore um sentimento de revolta e ao mesmo tempo de resignação. Além da violência clássica, a violência simbólica está presente nas relações sociais entre brasileiros e franceses. Frases como: “eles são educados”, ou “eles gastam muito dinheiro no Oiapoque” servem para legitimar o processo de dominação, que ocorre também em termos simbólicos (BOURDIEU, 1990), onde a própria vítima se convence que é inferior, e desta forma aceita com resignação a dominação imposta pelo seu opressor. Dentro do campo econômico do Oiapoque, os franceses dão as cartas. Todos conhecem bem a regra do jogo. Por isso ninguém “mexe” com nossos vizinhos ricos. (PINTO, 2008, p. 96-97).

A atividade do meretrício encontra condições favoráveis em Oiapoque, o grande fluxo de pessoas, favorecendo a rota de tráfico de drogas e pessoas, o número elevado de garimpeiros, franceses, guianenses e crioulos. A livre circulação de mercadoria, a falta de fiscalização policial e do aparato do estado auxilia na estrutura dessa atividade.

A prática da prostituição não é considerada como um trabalho social, no contexto da burguesia bem como todo seu aparato que envolve lucro, salários, impostos, empregos e renda. No entanto, sabe-se que a atividade do meretrício em Oiapoque influencia diretamente nos setores de hotelaria, gastronomia, lazer e confecções.

Com isso, a prostituição como uma violência de gênero passa a ser cada vez mais estruturada e suas consequências, violências sofridas, humilhações, não são reveladas. Através dessa perspectiva foi necessário ouvir das próprias mulheres que praticam essa atividade, quais as principais violências sofridas dentro da prostituição em Oiapoque.

A pesquisa em questão aconteceu em Oiapoque, diretamente com as profissionais do sexo, através de uma entrevista semiestruturada, pautada na ficha de notificação compulsória de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, do Ministério da Saúde, modificada para os propósitos dessa pesquisa.

Sendo assim, com base nas obras de Gil (2002) e Marconi e Lakatos (2003), a metodologia da pesquisa proposta é qualitativa e possui caráter exploratório. Nesse sentido, o foco não foi apenas em manter as exigências quantitativas de entrevistadas mas usufruir de todas as informações passadas através das entrevistas concedidas por três profissionais do sexo, que faziam parte do grupo de risco estudado e obedeceram ao caráter de inclusão da pesquisa.

Também compreendemos tratar sobre a violência de gênero dentro da atividade da prostituição, em muitos casos é expor apenas a ponta de um “iceberg” por estarmos identificando as principais violências através de alguns relatos.

Diante disso, a pesquisa está pautada numa perspectiva mais qualitativa no intuito de compreender quais violências de gênero aparecem em destaque, como elas se manifestam, quais os fatores que influenciam nessas manifestações pois dessa forma compreendemos que haverá uma contribuição mais significativa para o trabalho.

Dos dados computados durante as entrevistas, a média de idade das profissionais do sexo foi de vinte e um a trinta anos, a média de escolaridade é apenas o ensino médio incompleto e o tempo de prostituição variava de apenas três meses, de um a três anos e outra de cinco anos na atividade do meretrício.

Importante salientar que pela idade, e tempo como profissional do sexo, essas mulheres começam neste ofício ainda adolescentes por diversos fatores, bem como a falta de renda, emprego, escolaridade. Permanecem na atividade, indo para outros locais como o município de Oiapoque pelas características chaves da região.

Quando perguntadas “Por que se prostituir em Oiapoque”? É unânime a expressão “aqui tem dinheiro”. Evidenciando a área de fronteira e a grande circulação de pessoas, as entrevistadas falam expressões como “ aqui tem ouro” “o dinheiro tá aqui”, o que reflete essa dinâmica de como o programa pode ser pago em real, euro e ouro.

Outra característica que influencia se prostituir nesse município seria a distância de Oiapoque da capital do Amapá. Oiapoque está distante cerca de 600 km de Macapá, a viagem para o município exige tempo e condições financeiras para custear, já que pela distância e a situação da estrada, a viagem leva cerca de oito a doze horas em veículos automotivos.

Estar distante da capital Macapá favorece o anonimato dessas mulheres que se sujeitam ao exercício do meretrício. Além do mais, as entrevistadas citam exercer outras atividades para suas famílias, como cozinheiras, manicures, babás, pela vergonha e pressão moral que a sociedade impõe a essas profissionais.

4.1 AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NA PROSTITUIÇÃO

Ao tratar das violências de gênero sofridas, ganha destaque a violência física entre mulheres, sabe-se que como arma do patriarcado manter a dominação masculina e a competição constante entre mulheres sejam pelo status social, cor, raça ou costumes. Nos casos relatados, a profissional do sexo, que vamos denominar como “A” (para preservar seu

anonimato) sofreu empurrões, tapas e chutes de outra mulher, o motivo seria ciúmes do marido ter se relacionado com ela em um programa anteriormente.

As profissionais entrevistadas citam esse tipo de violência no dia a dia, situações de ciúmes de clientes e suas esposas ocorrem também quando o cliente já se mantém de forma fixa para determinada profissional, dando preferência para a mesma. Além disso, expressões como “isso aconteceu porque era o ‘xodó’³ dela”, “ela estava vacora” foram usadas para retratar uma relação não apenas sexual, mas de interesse, apreço pelo cliente.

Outras situações relatadas estão diretamente ligadas à prática do programa, foram retratados assédios sexuais, além de forçar e insistir em práticas sexuais (sexo oral, anal, amarrar, machucar), bem como constantes xingamentos, humilhações, ações no intuito de difamar a imagem da profissional do sexo.

Dos episódios relatados, as agressões ocorriam em via pública ou em bares, hotéis. O agressor em sua maioria era o cliente, que no ato da prática sexual compreende a profissional como a mulher-objeto, muitas vezes impondo seus interesses e demandas pelo fato de estar pagando por aquilo. Além disso, as agressões ocorriam quando os clientes faziam o uso de álcool ou drogas.

As entrevistadas, afirmaram que não buscam o atendimento na delegacia em Oiapoque e não existe uma delegacia de Atendimento da Mulher de forma específica, existe o aparato policial, mas nos casos relatados apenas em um a vítima quis fazer boletim de ocorrência. No caso em questão, a violência sofrida é considerada patrimonial. O cliente após realizar o programa não queria pagar a profissional, agindo com violência física para evitar pagar.

As consequências das violências sofridas por essas profissionais são consideradas psicológicas, elas retratam irritação, chateação, estresse, apesar de em alguns casos ocorrer agressões físicas. Essas mulheres ainda relatam que o dia a dia da profissão exige certa submissão, elas tentam agradar os clientes, apesar de passar por essas situações de violência.

No decorrer das entrevistas, as profissionais retratam a experiência de ir para o garimpo, do outro lado da fronteira. Normalmente elas atravessam de caiaua para a Guiana Francesa e buscam os garimpos ativos da região. Ao relatar como vivem, sem espaço próprio para morar, a profissional do sexo “B” diz “a gente fica embaixo de uns paus velhos, coberto com lona”.

³ Xodó: Gíria utilizada para retratar quando a profissional do sexo gosta afetivamente do cliente.

⁴ Vacora: Gíria utilizada quando a profissional do sexo passa a ter relações de afeto com o cliente, apreço, cuidado, zelo,

As profissionais revelam que o interesse de ir para essas regiões é visando um maior lucro e pela necessidade, sobrevivência. Contam que é interessante ter conhecidos, pessoas que podem dar abrigo, ou conhecer os donos dos “cabarés” como elas falam.

O pagamento ocorre pela grama de ouro, no garimpo o programa varia dependendo do local, elas revelam “cada lugar lá tem seu preço certo, é obrigatório fazer os clientes consumir tantas gramas de ouro ou uma quantidade específica dentro do cabaré”. Além disso, revelam que o valor de cada grama pode variar de 32 a 40 euros, assim elas estipulam o valor.

Das entrevistadas que tiveram a experiência no garimpo, afirmaram que elas passam mais tempo que o esperado, mais de seis meses a um ano nessa situação. Ocorre entre o cliente e a profissional uma espécie de contrato, a entrevistada “C” aponta “eles contratam a gente, tantas gramas por tantos dias, às vezes a gente só dorme junto, às vezes só bebe no cabaré, às vezes transa”, “vai pouca mulher pra lá, ai só tem a gente”.

A realidade do garimpo é bastante precária, são locais com pouca infraestrutura, as profissionais do sexo se sujeitam a essa realidade para conseguir seu sustento e nos casos de violência praticados, não há a busca de auxílio, ao contrário, elas se submetem e aceitam devido a vários fatores, principalmente a ilegalidade, estar em outro país, de forma incorreta, sem documentação e com ouro podem levar diretamente à cadeia.

Assim a realidade da violência de gênero em Oiapoque, no tocante à prostituição apresenta resultados diversos. Há uma relação direta de violência de mulheres contra as próprias mulheres. Preconceito, brigas, xingamentos, discussões devido ao ciúme das mulheres casadas para com seus maridos. Apesar de que o marido, com princípios éticos e morais bem como a sociedade impõe, deva respeitar e ser fiel a sua esposa, são as profissionais do sexo que sofrem os estigmas da traição ocorrida.

Há também a visão fortemente machista da profissional do sexo como um objeto, sem desejos ou vontades. Há uma compreensão de submissão durante o ato sexual, e aceitação das práticas sexuais impostas. No entanto, as profissionais relatam que nas situações de violência elas exigem que se interrompa o ato e pedem auxílio de pessoas próximas bem como outras profissionais.

Como um todo as práticas de violência acontecem e em sua maioria não são levadas ao conhecimento da polícia, da delegacia. Assim, nos estudos ou estatísticas dessas violências contra a mulher profissional do sexo não são reveladas, computadas ou analisadas.

Há anos a prática do meretrício acontece de forma marginalizada, apesar de que em Oiapoque há uma estrutura de serviços que dão suporte a essa prática, mas quando essas

mulheres sentem na pele as consequências da atividade, elas se resguardam e resolvem “sozinhas” suas demandas sem o apoio do Estado.

A falta do apoio estatal muitas vezes ocorre em Oiapoque, devido diversos fatores. Historicamente as profissionais do sexo são excluídas moralmente da sociedade, compreende-se que esse ofício é pautado apenas em escolhas próprias e por isso as mesmas devem arcar sozinhas com as possíveis consequências. Além disso, essa exclusão acontece de forma intrínseca e desta forma as próprias profissionais do sexo se sentem incapazes de buscar auxílio.

Há também questões estruturais dentro da sociedade, no qual favorece que as profissionais do sexo não busquem o aparato estatal. Como tratado pela teoria feminista, as questões referentes a gênero nunca recebiam real destaque dentro da política nacional e internacional. Nas perspectivas clássicas das R.I o principal ator é sempre o estado, e a luta por poder e soberania é a principal preocupação no cenário internacional.

Importante salientar que a partir dos questionamentos das teóricas feministas sobre o subcampo da segurança internacional, se possibilitou uma nova estruturação do que era considerado ameaça, os objetos de estudo e questões sobre segurança e proteção.

Como tratado nesse trabalho, a teoria feminista ao se apresentar no cenário internacional busca ir contra a antiga construção epistemológica das Relações Internacionais, pautada no positivismo. Além disso, ela procura ir mais a fundo em relação como a lógica patriarcal e a dominação masculina constroem discursos e práticas violentas nas relações entre os Estados e dentro deles. (SARFATI, 2005, p. 294)

A hierarquia entre os gêneros está institucionalizada nas relações políticas, econômicas, militares, religiosas e culturais. E essa construção está presente até hoje na conjuntura internacional, o homem em uma posição privilegiada e a mulher em uma posição desvalorizada, condicionando a mulher vítima de violência de gênero a aceitar suas próprias circunstâncias, não expondo suas demandas, principalmente no tocante à prostituição.

Devido a isso, é legitimada essa “cegueira” frente às violências que as profissionais do sexo estão sensíveis a passar, além do sentimento de incapacidade gerado por sofrer essas violências de gênero. Faz-se necessário compreender o quão degradante são as violências baseadas no gênero, por ser um problema de escala global e em casos específicos como na prostituição ser algo muitas vezes legitimado pela sociedade e no cenário internacional.

CONCLUSÃO

A Violência de Gênero está presente em todas as sociedades contemporâneas atuais, adquiriu diversas formas ao longo dos séculos, se perpetua através do patriarcado e das estruturas fixas como os Governos, as religiões, as culturas, as legislações. Com isso se faz necessário entender o que são as violências de gênero, além de compreender como a temática de gênero passa a ter relevância no cenário internacional.

Compreende-se, de acordo com o que foi analisado, que o estudo de gênero nas Relações Internacionais ganha destaque a partir do terceiro debate, além disso, há uma busca com a teoria feminista de trazer para o debate internacional epistemologias feministas, capazes de estar na alta política da disciplina.

Assim, o terceiro debate traz à tona novas perspectivas, surgem novos atores, rompendo o protagonismo do estado como único ator das R.I. Desse modo, há outros atores que influenciam de várias formas dentro do cenário internacional. Como os movimentos de mulheres ativistas que ganham destaque transnacional, além de empresas, Organizações Internacionais, todos voltados para perspectiva dos estudos de gênero e suas demandas práticas: como a reivindicação contra as violências de gênero existentes no mundo todo.

A busca pelos direitos das mulheres passa a ser uma política global, grupos feministas com sua força social e política exercem pressão em governos para que leis que excluem ou maltratam as mulheres sejam eliminadas.

Além disso, há uma busca relevante por materiais e estudos que evidenciem violências de gênero específicas como a prostituição, por ser um ofício que cresce constantemente no mundo, atinge crianças e mulheres em uma escala global por possuir um caráter complexo e acarretar múltiplos problemas.

Principalmente em relação às mulheres que sofrem diversos riscos físicos e psicológicos na prática da atividade da prostituição. Além de problemas indiretos de ordem econômica e social pela relação direta com o tráfico humano e o tráfico de drogas.

Tratar sobre a prostituição na fronteira Franco-Brasileira, revela a sensibilidade dessa violência que ultrapassa o território nacional, auxiliado através do fluxo amplo das mulheres nessa fronteira, além da estruturação espacial e cultural que o mercado do sexo possui em Oiapoque.

Analisar as principais violências de gênero na prostituição, no caso dessa fronteira específica revela questões ainda muito latentes: primeiro como o mercado do sexo influencia diretamente na economia de Oiapoque ao longo dos anos, com a grande circulação de

franceses, ingleses, guianenses que vão para o território brasileiro, se hospedam em hotéis e pousadas, frequentam os bares, restaurantes e boates em busca das profissionais do sexo.

Como resultado da pesquisa, as principais violências de gênero presentes na prostituição são em sua grande maioria a violência psicológica, através de constantes xingamentos, humilhações, praticadas pelos clientes.

Em segundo lugar, a violência sexual, que de acordo com as entrevistas ocorre principalmente em atos que a profissional do sexo não aceita realizar, como: sexo oral, anal, machucar, amarrar.

E por fim a violência física, causadas tanto pelos clientes como também por outras mulheres, nesse caso há uma relevância, pois as mulheres que agridem as profissionais do sexo costumam ser as esposas dos seus clientes. Isso ocorre por situações de ciúmes, além dessa estruturada rivalidade feminina ainda presente na sociedade.

Em geral, as violências de gênero que as profissionais do sexo sofrem não são computadas pelo Estado, elas não denunciam e buscam resolver suas demandas sozinhas.

Buscar compreender como a prostituição ocorre, quais suas causas e consequências em áreas específicas, como nas fronteiras, auxilia a produzir respostas adequadas a essas demandas, dar um respaldo coerente para a promoção de políticas eficazes para o combate dessas violências no âmbito do meretrício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÑO, María V. **La violencia sexual como arma de guerra**. Quaderns de Construcció de Pau, n°15, 2010

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. Sociedade e Estado, [s.l.], v. 29, n. 2, p.449-469, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922014000200008>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BARBÉ, Esther. **El estudio de las Relaciones Internacionales: crisis o consolidacion de una disciplina?** Revista de Estudios Políticos, Nueva Época, Espanha, n. 65, p. 173-196, jul/sep 1985.

BRASIL, LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1970. v. 1.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 169. vol. II.

CASTILLO, Elisa. **Infografia | A violência contra as mulheres no mundo em quatro mapas**. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/22/internacional/1511362733_867518.html>. Acesso em: 09 out. 2018.

DA GUERRA à paz os direitos humanos das mulheres: instrumentos internacionais de proteção. Porto Alegre: Themis Assessoria jurídica e estudos de gênero, 1997.

DIOTTO, Nariel; SOUTO, Raquel Buzatti. Aspectos históricos e legais sobre a cultura do estupro no Brasil. In: **Seminário internacional demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea**, 13., 2016, Santa Cruz do Sul. **Trabalho Científico**. Sc: Unisc, 2016. p. 1-18.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2000^a.

FERNANDES, Daniela. **Mais de 40 milhões se prostituem no mundo**. 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/01/120118_prostituicao_df_is>. Acesso em: 09 out. 2018.

FERREIRA, I. B.; PEREIRA, M. C. **Prostituição: opção ou determinação social**. São Paulo, 2010.

FIGUEIREDO, Regina; PEIXOTO, Marcelo. **Profissionais do sexo e vulnerabilidade**. BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.) [online]. 2010, vol. 12, n. 2, p. 196-201. ISSN 1518-1812.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARAES, Kati; MERCHAN-HAMANN, Edgar. **Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2005, vol. 13, n. 3, p. 525-544.

HEISE, L.; ELLSBERG, M.; GOTTEMOELLER, M. **Ending violence against women**. Popul. Rep. L., n. 11, p. 1-43, 1999.

HURTADO, Peter Molina. **El debate contemporáneo de las Relaciones Internacionales**. Revista venezolana de Ciencia Política, Venezuela, n. 38, p. 65, Jul./Dec. 2010.

INFRAIM, Maria Carolina. **Tudo o que você precisa saber sobre a Lei Maria da Penha – como proceder em casos de violência doméstica e familiar**. 2018. Disponível em: <<https://ifraim.jusbrasil.com.br/artigos/553673827/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-maria-da-penha-como-proceder-em-casos-de-violencia-domestica-e-familiar>>. Acesso em: 16 out. 2018.

JACKSON, Robert H; SØRENSEN; Georg. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 478 p. Tradução Barbara Duarte.

LOPES, Luara Landulpho Alves. **Identidade e exclusão: a abordagem feminista das relações internacionais.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30, 2006, Caxambu. **Paper.** Caxambu: Anpocs, 2006. p. 1- 27.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Orgs.). **Gênero e Saúde.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 7-18.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 21, n. 1, p.59-80, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2013000100004>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2013000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25 ago. 2017.

MOREIRA, I. C. C. C.; MONTEIRO, C. F. DE S. **The violence in everyday of prostitution of women: invisibility and ambiguities.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 20, n. 5, p. 954–960, out. 2012.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates.** 15. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 240 p.

OLIVEIRA, Odete Maria de; Da SILVA, Andréia Rosenir. Gênero como possível ator nas relações internacionais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). **Relações Internacionais: a questão de gênero.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. p. 23-81.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Global report on trafficking in persons.** New York: United Nations Publication, 2014. 90 p. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2017.

PENHA, J. C. DA; CAVALCANTI, S. D. C.; CARVALHO, S. B. DE; AQUINO, P. DE S.; GALIZA, D. D. F. DE; PINHEIRO, A. K. B. Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 65, n. 6, p. 984–990, dez. 2012.

PEREIRA, Jesana B.; FEIJÓ, Maurício E. V. **Prostituição e preconceito: uma análise do projeto de lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana.** Cadernos de Graduação – Ciências humanas e sociais, Maceió, v. 2, n.1, p. 39-57, mai. 2014.

PERES, Andréa Carolina Schwartz. Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 37, p.117-162, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332011000200005>.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **O fetichismo do emprego: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa.** 2008. 273f. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

POSSAS, Lídia Maria Vianna & REIS, Sarah de Freitas. Reflexões feministas acerca das relações internacionais. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org). **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: UNESP, 2009

RIBEIRO, Manuela et al. (2007). **Vidas na raia: prostituição feminina em regiões de fronteira**. Porto: Afrontamento.

RODRIGUES, M. T. **A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer?** v. 12, n. 1, p. 9, 2009.

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, n. 16, p. 115–136, 2001.

SANTOS, Claudia; PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Direitos humanos das mulheres: uma análise sobre as recomendações do Comitê CEDAW/ONU ao Estado brasileiro. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [s.l.], v. 6, n. 11, p.152-182, 23 set. 2017. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/rmufgd.v6i11.6914>.

SARFATI, Gilberto. **Teoria de relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005

SCHOLZ, Flavia Werner. GÊNERO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O USO DA VIOLÊNCIA SEXUAL COMO ARMA DE GUERRA. **Cadernos de Relações Internacionais**, [s.l.], v. 2018, n. 1, p.1-20, 16 abr. 2018. Faculdades Catolicas.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

SILVA, Andreia Rosenir da. **A construção de gênero no âmbito das relações internacionais**. Ed Unijuí Ijuí.2016.

SOUZA, Ana Clara Telles C. de. O pessoal é internacional: como as teorias feministas transformam o estudo das Relações Internacionais. In: **III SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**, 3., 2014, Londrina. Anais... . Londrina: Eduel, 2014. p. 0 - 7. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Ana Clara Telles C de Souza.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Ana%20Clara%20Telles%20C%20de%20Souza.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2017.

STEANS,Jill. **Engaging from the margins: Feminist encounters with the “mainstream” of International Relations**. England: British Journal of Politics and IR, v.5, n.3, aug.,p. 428-454,2003.

STIENSTRA, Deborah. Cutting to Gender: **Teaching Gender in International Relations**. **International Studies Perspectives**, v. 1, p. 233-244, 2000.

SYLVESTER, Christine. **Feminist theory International Relations in a postmodern era**. Nova York: Cambridge University Press, 1994.

TAVARES, Rebeca. **O alto custo da violência de gênero na economia.** 2012. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/o-alto-custo-da-violencia-de-genero-na-economia-por-rebeca-tavares-correio-braziliense-28112012/>>. Acesso em: 09 out. 2018.

TERAZAKI, Alessandra Yuli. **UMA QUESTÃO DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.** 2007. 100 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Unilasalle - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/graduacao/relacoes_internacionais/2007/ayterazaki.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2017.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security.** Nova York: Columbia University Press, 1992.

VARELA, Nuria. **Feminismo para principiantes.** Barcelona: Ediciones B, 2005

VIEIRA, Marcos Sardá. Deslocamentos femininos e prostituição. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 23, n. 2, p. 629-632, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO).<http://dx.doi.org/10.1590/0104-026x2015v23n2p629>